

RETOMADA DE VALORES E MUDANÇAS ATITUDINAIS: UMA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA SOCIAL CIDADÃO UFSM/CEFD

Recebido em: 10/12/2012

Aceito em: 26/06/2013

Rosalvo Luis Sawitzki¹
Tanise Zeppenfeld Arruda²
Sabrina Aita²
Raquel Cougo Alves²

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Santa Maria – RS – Brasil

RESUMO: O estudo busca verificar possíveis contribuições que tenham ocorrido após a participação de alunos de uma escola do meio rural no Programa Social Cidadão cujos objetivos são os de contribuir com o processo formativo pela retomada de valores tais como respeito, cooperação, vida em coletividade, e princípios morais e éticos do ser humano. O programa é constituído por oficinas pedagógicas (música; esportes; jogos populares; leitura e escrita) que ocorrem aos sábados pela manhã com alunos cujos pais são pequenos agricultores, safrista e quilombolas. Foram realizadas observações participativas e aplicação de questionários com professores, alunos e pais de alunos. Os resultados do estudo apontam uma significativa mudança no âmbito dos valores sociais e humanos através dos aspectos atitudinais e comportamentais dos participantes do projeto.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Política Social. Comportamento.

RESUMPTION OF VALUES AND CHANGES ATTITUDINAL: AN EXPERIENCE IN SOCIAL PROGRAM CITIZEN UFSM / CEFD

ABSTRACT: The study to investigate the aims contribution that occurred after the participation of students from a rural school in Social Citizen Program whose goals are to contribute to the training process by the resumption of values such as respect, cooperation, community life, and principles moral and ethical human being. The program consists of educational workshops (music; sports; popular games; reading and writing) that occur on Saturday mornings with students whose parents are small farmers, safrista and maroon. Also were made observations participatory and questionnaires with teachers, students and parents. The results of the study indicate a significant change within the social and human values through attitudinal and

¹ Orientador do Programa Social Cidadão, Orientador FIEEX (2012) e Professor Adjunto do Departamento de Esportes Individuais do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Alunas do Curso de Graduação em Educação Física Licenciatura e Bacharelado do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsistas FIEEX.

behavioral aspects of project participants.

KEYWORDS: Leisure Activities. Public Policy. Behavior.

Introdução

Este estudo investigou as possíveis contribuições na formação de hábitos atitudinais, valores socioeducacionais, bem como aprendizagens escolares, de alunos, de ambos os sexos, através da participação destes em um programa social cidadão, em uma escola rural nucleada, cuja população é constituída de filhos de pequenos agricultores, de safristas, e de quilombolas. As oficinas pedagógicas (esportes; música; jogos populares; hora do conto; inclusão digital; leitura e escrita) foram desenvolvidas aos sábados pela manhã, por um período de um ano, junto ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (CEFD/UFSM).

O programa estudado no presente artigo é o Programa Social Cidadão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Centro de Educação física e Desportos (CEFD) e Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal da Educação (SME), o qual tem como objetivo oportunizar o desenvolvimento humano através de práticas que busquem a incorporação de valores e comportamentos, tais como respeito; cooperação; vida na coletividade; conhecimento para tarefas diárias; autonomia; responsabilidade frente às demandas sociais e educativas; princípios morais e éticos do ser humano; e aprendizagem de conhecimentos e comportamentos, os quais possam se refletir na vida escolar dos alunos. Além disso, o programa pretende desenvolver, com os acadêmicos em formação no Curso de Licenciatura da UFSM, a constituição de um laboratório de práticas pedagógicas e estímulo à docência, e a constituição de um grupo de estudo e formação continuada, com professores e supervisores da escola e da universidade.

As atividades foram desenvolvidas aos sábados pela manhã, nas instalações do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa

Maria (UFSM), tendo sido orientadas por monitores, selecionados entre alunos vinculados a diferentes Unidades de Ensino da UFSM (Pedagogia/CE; Música/CAL; Educação Física/CEFD), e aplicadas junto a um grupo de 80 alunos de ambos os sexos, e idades entre sete e 17 anos. Este processo de pesquisa foi realizado dentro de um lapso temporal de dois anos (2011/2012) no período letivo escolar, de março a dezembro.

Através dos resultados aqui obtidos, a pesquisa busca apreender se a participação em um programa social com tais objetivos efetivamente auxilia a retomada e/ou o aprendizado dos valores citados. E para que tal compreensão fosse alcançada, busca-se perceber se esses aspectos foram desenvolvidos ao longo do Programa, procurando observar nos alunos participantes suas mudanças atitudinais e comportamentais.

Assim, os resultados esperados para este Programa seriam os de proporcionar aos alunos, através da participação nas oficinas pedagógicas, vivências que lhes sirvam tanto para sua vida escolar quanto para a vida em sociedade, com fins à retomada de valores e mudanças atitudinais.

Políticas Públicas Sociais

Os projetos sociais aparecem no Brasil com mais intensidade no cenário educacional a partir da década de 1990, principalmente com a implementação do Terceiro Setor que se caracterizam como Organizações Não Governamentais (ONG), associações comunitárias, fundações, ou entidades filantrópicas e outras (FERNANDES *et al.*, 2006, p.126). Na perspectiva que nos propomos a desenvolver no programa ora estudado, poucas referências encontramos, pois em geral no cômputo das políticas públicas sociais a esse tipo específico de população – pessoas do campo –, poucos programas com estes objetivos têm sido desenvolvidos com suporte teórico e,

consequentemente, avaliados no campo acadêmico através de pesquisa. Em geral essas populações ficaram à margem de garantias dos direitos constitucionais de políticas públicas sociais, como saúde, educação, esporte e lazer, moradia, e outros.

Ao Estado compete garantir os direitos constitucionais dos cidadãos, independentemente de posição social, cultural, religiosa ou étnica (BRASIL, 1988). Para Azevedo (1977, p.5), uma política pública social implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente. Também para a mesma autora as “políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado”. Entende-se ainda que uma política pública e a garantia dos direitos constitucionais devem considerar a participação da sociedade.

A garantia do oferecimento da participação nesses programas ao cidadão é dever do poder público, sendo direito constitucional que deve ser oportunizado através de políticas públicas sociais e ações concretas que possam assegurar suas condições mínimas de acesso e permanência em tais programas e cursos. Com isso, não apenas se democratizam os espaços públicos, como também se estimula a sociedade ao envolvimento nas diferentes práticas sociais. São necessários locais e espaços de prática, de discussão e reflexão, de constituição de grupos de estudo e planejamento coletivo, tendo como ponto de partida a realidade concreta dos grupos sociais. Somente assim será possível enfrentar com seriedade, responsabilidade social, e o rigor teórico que ela merece, as dificuldades que se lhe apresentam, reconhecendo suas limitações e definindo sua função na formação de valores sociais e comunitários (SAWITZKI, 2012).

Para transformar a realidade, necessitamos modificar o modelo tradicional centralizador de poder e decisão, tornando-o um modelo descentralizado, a fim de

alterar o eixo das decisões de políticas de governo, as relações de poder e as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade na implementação das políticas públicas sociais (ZINGONI, 2003). Passar de um modelo centralizador para a descentralização das tomadas de decisões, através da participação efetiva da comunidade, deve interferir no processo decisório do modelo político tradicional, em que, geralmente, apenas alguns tomam decisões e definem prioridades para toda a sociedade.

Poder viver no mundo contemporâneo está a exigir das pessoas, dos dirigentes políticos, do poder público, das empresas, das instituições sociais, das entidades representativas, dos sindicatos, dos partidos políticos, das universidades e das escolas uma mudança de postura e de responsabilidade social na busca da construção de um mundo mais humanizado e justo para todos. Para que isso aconteça, é necessária a presença efetiva do Estado, juntamente com a comunidade na participação dos processos decisórios, pois, do contrário, se reproduzirá o que historicamente tem acontecido nos diferentes projetos de diferentes governos: alguns pensam projetos para toda uma sociedade e, em geral, esse pensar e executar estão muito distanciados da realidade e dos problemas cotidianos das pessoas. (SAWITZKI, 2012).

A participação da sociedade redefine as responsabilidades e funções (tanto da sociedade quanto do poder público) com a revisão/redistribuição de competências e responsabilidades, comprometendo a todos com o perfil de sociedade que se quer. Nessa perspectiva, as decisões não são mais tomadas por alguns que detêm o poder político, mas sim por todos que são afetos às decisões e, portanto, que devem ser chamados e desafiados a serem partícipes.

Com base no exposto acima, o Programa Social Cidadão da UFMS tem um caráter descentralizador, participativo e democrático, podendo ser, portanto, um pequeno exemplo daquilo que se consegue fazer com recursos públicos, trabalho em

equipe e consciência de cidadania. Neste sentido, pode-se, ainda, citar Santos, (2003), sobre a participação: “Quanto maior for a participação dos atores sociais no desenvolvimento do projeto, maior será a possibilidade de sucesso, tanto para os que exercem a influência sobre a situação problema quanto para os que são vítimas se seus infortúnios”.

Dessa forma, destaca-se que a participação, tanto dos alunos do projeto, quanto dos responsáveis por ministrarem as oficinas, dava-se de forma democrática, em que suas opiniões e sugestões a respeito do andamento e realização do projeto eram levadas em consideração para possíveis modificações em sua realização.

O Programa Social Cidadão da UFSM

O Programa Social Cidadão é formado por um conjunto de subprojetos relacionados entre si e coordenados de maneira articulada. Sendo estes constituídos de oficinas pedagógicas (esportes; jogos populares; musicalidade; leitura e escrita), atividades que ocorrem aos sábados, pela manhã, sob a coordenação de um professor da UFSM e uma professora da Escola, auxiliados por acadêmicos das diferentes licenciaturas da UFSM, por acadêmicos bolsistas FIEX³, e graduandos vinculados a diferentes Centros Universitários da UFSM (Pedagogia/CE; Música/CAL; Educação Física/CEFD), também bolsistas participantes do programa, e de um professor supervisor, indicado pela escola (SME/PM), os quais são os encarregados do planejamento e da atuação diretamente junto aos 80 (oitenta) alunos, perfazendo um total de quatro horas semanais. Os alunos são organizados por faixa etária (quatro turmas de 20 alunos), que percorrem as oficinas em forma de rodízio. As oficinas

³ Programa FIEX - Fundo de Investimento em Extensão, financiado pela própria UFSM, e participam dele alunos da graduação dos diferentes cursos da Universidade.

pedagógicas no Programa têm autonomia para discutir e operacionalizar temas específicos.

Cabe ressaltar a importância do caráter pedagógico e assistencialista do Programa, pois estes se somam na tarefa de auxiliar tanto no desenvolvimento educacional quanto social dos alunos. Todos os envolvidos, de alguma maneira, são responsáveis pelo andamento do Programa.

Educação e Contexto Social

Todos nós, seres sociais que somos, passamos pelo processo de educação. O bebê, desde a mais tenra idade, aprende, quando observa seus familiares; e, assim, na convivência com eles, absorve os valores e os costumes do meio em que está inserido. Em uma tribo, os mais jovens aprendem imitando os mais velhos. A criança vê, imita e aprende a sabedoria e o conhecimento que estão subjacentes no ato observado.

Educação existe quando pais corrigem um filho para que ele fale adequadamente a língua do grupo, ou quando falam à filha sobre as normas sociais do modo de “ser mulher”. Educação existe quando um pai ensina ao filho como polir a ponta da flecha, ou quando guerreiros saem com os jovens da tribo para ensiná-los a caçar. Ou seja, a educação é exercida pelas gerações adultas e tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que são estabelecidos pelo grupo aos quais estes pertencem (BRANDÃO, 1993, p.26).

Percebemos que acontece educação nos mais variados contextos; devemos entender que nela há influências das diversas culturas da sociedade, sendo um processo contínuo, possibilitando ao aprendiz a construção de novos conhecimentos, o crescimento pessoal e um melhor relacionamento do indivíduo na família, na escola, na comunidade.

Compreendemos educação como sendo a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela sociedade e que, por isso, a formação de um sujeito autônomo, crítico e reflexivo, consciente de seu papel ativo, proporciona a ele a possibilidade de interagir de modo positivo com outros sujeitos, mesmo aqueles com valores e culturas distintas, caminhando para ações e decisões efetivas, objetivando uma comunicação harmoniosa. É por meio de trocas e vivências que ampliamos nosso conhecimento, mudamos nossas ações e nossa forma de ver e sentir o mundo.

A educação passou, com o decorrer do tempo, de familiar a formal, de modo que os jovens devem frequentar a escola visando a um futuro profissional e à aquisição de um rol de conhecimentos, alguns mais valorizados do que outros. Assim, a educação tem o poder de moldar o indivíduo, de acordo com os conteúdos que lhe são transmitidos e que por ele são assimilados.

O ensino formal da educação, conforme Brandão (1993) se dá na ocasião em que utilizamos uma pedagogia específica, na qual são criados momentos peculiares à transmissão dos conceitos dessa educação; em que métodos são seguidos, regras são estabelecidas e tempos, delimitados; e, para tal, constituem-se executores especializados. É quando aparece a escola, o aluno e o professor.

Ao ponderarmos sobre educação, pensamo-la como um instrumento que alavanca as possibilidades de sucesso futuro na sociedade, em que muitos aspectos cognitivos serão desenvolvidos. Devemos, porém, perceber quais são as necessidades educacionais de cada comunidade. Assim, ao trabalharmos com as crianças e os adolescentes do meio rural – os participantes do Programa Social Cidadão –, foi necessário levantar e entender quais eram as suas carências, para que, assim, se pudesse elaborar um programa social comprometido com as reais necessidades de

desenvolvimento dos indivíduos desse grupo, a fim de se vislumbrar para eles um futuro mais promissor.

Sabemos, ainda, que a educação forma os jovens de acordo com o sistema vigente em sociedade, do qual alguns conteúdos são priorizados. Um exemplo disso é o fato de os currículos escolares não incluírem, na maioria das vezes, conhecimentos referentes ao plantio dos alimentos cultivados no meio rural. A escola do meio rural acaba, por sua vez, também, não oferecendo tais noções, pois segue o modelo educacional urbanizado das grandes cidades. Diante disso, notamos uma “forma” produzida pela educação formal e percebemos que, ao pensarmos em uma educação significativa, devemos saber quais são as reais necessidades desse público-alvo.

Atividades Extracurriculares

Atividades extracurriculares são ações realizadas antes ou após o período de aula na escola, em que são oferecidas diversas atividades a um dado público. Conforme Mahoney; Harris; Eccles (2000⁴, 2006⁵ *apud* MATIAS, 2009, p.125), as atividades extracurriculares são ações desenvolvidas em ambientes institucionais, tais como quadras, salas de jogos, teatros, bibliotecas, praças etc., cujos objetivos não necessariamente estejam ligados à educação formal. Elas também podem estar estruturadas com encontros e lugares definidos, podem acontecer regularmente com o desenvolvimento de variadas metas, e serem conduzidas por profissionais de diferentes áreas.

A proposta extracurricular do Programa Social Cidadão tem a função de proporcionar aos alunos atendidos algo a mais para o seu aprendizado. Apresenta-se

⁴ MAHONEY, J. L. School extracurricular activity as moderator in the development of antisocial patterns. **Child Development**, v.71, n.2, p. 502-516, 2000.

⁵ MAHONEY, J. L.; HARRIS, A. L. & ECCLES J. S. Organized activity participation, positive youth development, and the over-schedullin hypothesis. **Social Policy Report: Giving Child and Youth Development Knowledge Away**, v.20, n. 4, p. 3-30, 2006.

como uma alternativa de estímulo à cooperação, à socialização, ao respeito, ao trabalho em equipe e a muitos outros valores e conhecimentos para a formação pessoal do aluno-cidadão. Para tanto, as oficinas pedagógicas realizadas no Programa Social Cidadão são entendidas como um complemento ao currículo escolar, uma possibilidade de enriquecer e auxiliar na formação do aluno, sendo de significativa importância o seu planejamento e articulação em consonância com o projeto educacional da escola.

Para atender os objetivos – como desenvolver os alunos de forma integral e ainda promover comportamentos de respeito aos colegas e aprendizagens escolares –, as atividades extracurriculares foram divididas em quatro tipos: Oficina de Esportes, Oficina de Música, Oficina de Jogos Populares e Oficina de Leitura e Escrita. Objetivou-se nas Oficinas de Esportes que as atividades propiciassem aos alunos vivências das diversas modalidades esportivas de maneira não institucionalizada, sendo possível para eles usufruí-las e transformá-las em seu lazer para a conquista de hábitos saudáveis. As Oficinas de Música almejam que os alunos se apropriem de conhecimentos funcionais referentes aos instrumentos musicais, como o violão, a flauta e os de percussão. As Oficinas de Jogos Populares buscam resgatar a amplitude dos jogos populares, como os de bolita (bolinha de gude), bocha, taco, peteca, dentre outros que fazem ou fizeram parte da cultura dos alunos e/ou de seus pais. As Oficinas de Leitura e Escrita objetivam desenvolver as habilidades de escrita e leitura dos alunos através de diversos trabalhos. Vale ressaltar que em todas elas são construídos, a cada aula, comportamentos conceituais e, principalmente, atitudinais, baseados no respeito aos colegas, no compromisso, na cooperação.

Percebemos que estas atividades extracurriculares contribuem também de forma a promover a interação entre universidade e escola, beneficiando tanto os alunos da

escola quanto os graduandos e os professores. Para os alunos, essa aproximação é interessante, pois eles percebem que a universidade não é uma realidade tão distante da sua, e que ela é possível de ser conquistada. Já para os graduandos e professores, a interação permite que sejam aplicados e ajustados na prática os conhecimentos produzidos na universidade.

Conforme Matias (2009, p.122), no senso comum, notória é a opinião de que a participação de crianças e adolescentes (sobretudo as que vivem nas comunidades menos favorecidas economicamente) em programas sociais, no horário alternado ao da escola ou nas escolas de tempo integral “justifica-se pela possibilidade de proteção desse público, devido a situações de vulnerabilidade social, e, sobretudo, para a não inserção dos jovens no mundo do crime”. São conhecidos também, além do fator de caráter protetor, os benefícios da participação em atividades extracurriculares pelos impactos no desenvolvimento, em diversos âmbitos, do público que participa dessas atividades.

Nesse sentido, conforme Matias (2009, p.124), “uma ação para além da sala de aula, fora do horário escolar, justifica-se pelo seu caráter de proteção social e porque possibilita outras oportunidades para crianças e adolescentes [de] se desenvolverem”. Isso já demonstra a importância das atividades extracurriculares como parceiras no planejamento e execução de escolas ou educação em tempo integral.

Metodologia da Pesquisa

Trata-se de um estudo de caso, com pesquisador e observador participante, sendo, portanto, uma pesquisa do tipo qualitativo. Para que fossem averiguados os efeitos do Programa (PSC), foram feitas observações participativas, aplicações de questionários tanto com os professores quanto com alunos e pais de alunos. Para cada segmento foi montado um questionários de modelo apropriado àquilo que se quis

recolher como informação. Os questionários são do tipo semiestruturado, isto é, com perguntas fechadas e perguntas abertas, que solicitam a interferência do participante ao responder às questões.

O estudo de caso qualitativo é especialmente pertinente quando se trata de tentar responder a problemas ou a perguntas que se formatam em “comos” e/ou “porquês”, e que focalizam acontecimentos contemporâneos, dos quais obtemos poucas informações sistematizadas. No âmbito educativo, o estudo de caso qualitativo pode ser definido como “um processo que tenta descrever e analisar algo em termos complexos e compreensivos, que se desenvolve durante um período de tempo” (GIL, 2004, p.80).

Conforme André (2005), o estudo de caso está sendo um dos métodos mais adotados recentemente nas pesquisas educacionais, mas está abrindo caminho para afirmar sua identidade entre modelos já estabelecidos. Justifica-se a opção pelo estudo de caso considerando alguns fatores intervenientes na pesquisa sobre a cultura de um grupo e a sociedade em que esta estiver inserida (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados) – como foi o caso do Programa Social Cidadão que analisa o comportamento de uma população específica, no caso, alunos de uma escola nucleada rural.

Sobre observação participante, segundo André (2005), sabe-se que:

[...] isso vai exigir do pesquisador o que os antropólogos chamam de estranhamento – um esforço deliberado de distanciamento da situação investigada para tentar apreender os modos de pensar, sentir, agir, os valores, as crenças, os costumes, as práticas e produções culturais dos sujeitos ou grupos estudados. Isso implica uma atitude de constante vigilância, por parte do pesquisador, para não impor seus pontos de vista, crenças e preconceitos. Antes vai exigir um esforço deliberado para colocar-se no lugar do outro, e tentar ver, sentir, segundo a ótica, as categorias de pensamento e a lógica do outro. A observação participante e as entrevistas aprofundadas são, assim, os meios mais eficazes para que o pesquisador se aproxime dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado (ANDRÉ, 2005, p.26).

Já para Gil (1999, p.113), “a observação participante consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo”. André (2005, p.26) afirma que “a observação é chamada participante porque se admite que o pesquisador tenha sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetada”.

No Programa Social Cidadão as observações participantes aconteceram dentro das oficinas, de forma que houve uma interação entre pesquisados e pesquisadores. Partindo do âmbito da observação participante, as pesquisadoras atuaram durante o ano de 2011 junto aos professores das oficinas pedagógicas, de modo que, para os alunos, estas pessoas causavam pouco estranhamento, pois para eles eram professores do Programa.

Outros procedimentos metodológicos que foram usados para verificar os efeitos do Programa Social Cidadão na vida das crianças foram: (a) análise de documento, no caso o Programa Político Pedagógico da escola; (b) questionários aplicados aos pais dos alunos participantes do Programa; (c) questionários para professores; (d) e aos próprios alunos.

Como já citado, foram utilizados questionários. Segundo Marconi e Lakatos (1999) o questionário é um instrumento científico, constituído de perguntas ordenadas de acordo com um critério determinado, devendo ser respondido sem a presença do entrevistador.

Escolheu-se utilizar o questionário, pois com ele obtemos informações de um maior número de pessoas com uma menor demanda temporal, o que se mostra interessante para a aplicação a alunos, professores e pais de alunos. Para a montagem dos questionários foram elaboradas perguntas que abordassem o interesse dos alunos

nos estudos, as relações de aluno X aluno, aluno X pais e aluno X professores, comportamentos, atitudes e contribuições do Programa Social Cidadão, citando seus elementos positivos e negativos, na opinião dos que responderam aos questionários. Os questionários foram aplicados aos sujeitos participantes do estudo no primeiro semestre de 2012; após serem distribuídos os formulários em branco, foi obtido o seguinte número de questionários respondidos: oito dos professores, 20 dos pais e 58 dos alunos. O Programa Social Cidadão foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM (CEP) e obteve parecer favorável (CAAE: 0384.0.243.000-11). Desse modo, para que os questionários fossem aplicados, e se pudessem usar dados de tudo o que foi considerado nas observações, os pesquisadores receberam e cumpriram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o de Confidencialidade (TC).

Resultados e Discussões

No decorrer dos comentários estão expostos alguns resultados, obtidos a partir dos questionários aplicados aos pais, alunos e professores, com o intuito de confrontá-los com os resultados apresentados nos cinco estudos selecionados na revisão bibliográfica e com as observações ao longo do Programa Social Cidadão, através das observações participantes.

A ênfase neste trabalho recai sobre a melhoria dos aspectos comportamentais e atitudinais observada nos alunos participantes do Programa Social Cidadão.

Inicialmente, através das respostas dos professores, foram notados alguns pontos positivos, conforme algumas das respostas dos professores: alunos mais participativos e interessados nas aulas; melhoria na responsabilidade para com as tarefas escolares; aumento do respeito em relação aos professores, bem como de aluno para aluno; diminuição dos índices de agressividade nas relações pessoais e atitudinais. O depoimento a seguir vem exemplificar tal abordagem:

- Professor A: Percebemos que os alunos estão mais comprometidos e envolvidos com os estudos, questionando mais, sugerindo, enfim, são alunos participativos.

- Professor B: Alguns alunos que eram agressivos mudaram no decorrer deste ano; hoje são alunos ótimos, estudiosos, alunos líderes, colegas dos demais, respeitam os professores, o que não ocorria antes.

Também para contribuir com a reflexão sobre a temática estudada, alguns dos aspectos tratados foram pontuados no diário de campo das observações participantes realizadas por ocasião das oficinas pedagógicas:

[...] No final da oficina, depois que todos já haviam vivenciado o jogo de Bocha, foi perguntado quem queria jogar mais alguns minutos, e as meninas, que em aulas anteriores se negavam a participar de quase todas as atividades, foram as primeiras a voltar para a cancha (oficina de jogos populares).

Esses aspectos percebidos também foram detectados em outros trabalhos, como em Siqueira e Freitas (2012), que em seu estudo “A cidadania através do esporte – um relato sobre o projeto de extensão Praticando esportes: Formando cidadãos” constatou alguns resultados parecidos com o Programa Social Cidadão. Ao final do projeto “Praticando esportes: Formando cidadãos”, relata Siqueira: “foram notáveis os resultados positivos, como a responsabilidade de frequência, participação integral das atividades propostas, respeitando as diferenças e limitações dos colegas, a cooperação, a cumplicidade, a melhoria na socialização, pois, no início, eram frequentes as brigas entre os alunos e, ao final, eram raras; as amizades aumentaram, melhorou o comportamento na sala de aula, os preconceitos entre eles foram perdendo forças e, a cada dia, iam mais bem compreendendo como é a convivência entre homens e mulheres na sociedade” (relato extraído do texto do autor citado 2012, p.4).

Assim, tanto no trabalho citado acima quanto nos aspectos observados no Programa Social Cidadão, uma melhoria significativa foi percebida na constituição de valores sociais dos alunos participantes, o que, por sua vez, vem ao encontro de uma das

propostas do programa, que é a de ser uma atividade extracurricular que influencie positivamente na formação educacional e social dos alunos.

Já com base nas respostas dos pais dos participantes do Programa Social Cidadão, obtidas também através de questionários, encontraram-se algumas afirmações: “os filhos estão mais calmos, expressam-se melhor, demonstram interesses na escola e em um futuro profissional, melhoraram o convívio com os colegas, estão mais sociáveis e também houve melhoria no relacionamento com os familiares”. Como exemplo disso, colhemos os seguintes depoimentos:

- Pais da aluna A: Mais ativa e desenvolvida, com interesses profissionais e mais integrada com os colegas.
- Pais do aluno B: Mudou muito, o relacionamento em casa está mudando a cada dia que passa, está muito feliz, estuda mais, conversa sobre as aulas.
- Pais do aluno C: Melhorou a convivência com irmãos, colegas e amigos.

Novamente trazendo uma parte de um relatório feito pelas pesquisadoras, após observação participante, tem-se: “um mês e meio passado, desde o início do Programa, foi a primeira vez que ouvi a voz de um menino (participante do programa), este que antes não respondia quando questionado sobre qualquer assunto, simplesmente baixava a cabeça e permanecia em silêncio; hoje ele se comunicou tranquilamente conosco, uma mudança muito importante que espero que tenha continuidade”.

Ainda em referência ao mesmo menino, alguns meses depois, tem-se um depoimento diferente: “[...] hoje, em uma conversa informal com a diretora da escola, que estava a visitar o programa, esta falou o quão surpresa está com o comportamento de um menino que antes era extremamente introvertido [...]”.

Tais dados são corroborados pelo trabalho de Tavares *et al.* (2011, p.100) intitulado “A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso”, no qual relata que o projeto social passa a ser apontado como um dispositivo de invenção de

outras formas de vida, modos de ser e sentir o mundo, ou seja: uma possibilidade a mais de transformação da realidade que meninos e meninas possam efetuar.

Segundo Siqueira e Freitas (2012), as famílias relatam ter havido uma “melhora” no comportamento dos meninos depois da inserção [deles] no projeto. Essa “melhora” não está necessariamente vinculada ao rendimento escolar, mas ao comportamento, à forma de relacionar-se com os outros. Além disso, os pais veem no projeto a perspectiva de um futuro melhor para seus filhos.

Após a análise das respostas aos questionários aplicados aos pais dos alunos participantes do Programa, juntamente com as observações participantes, notamos que a melhoria atitudinal na perspectiva de valores sociais dos alunos no ambiente escolar, já percebida nas respostas dos professores, também teve efeito no ambiente familiar. Além disso, o convívio com um ambiente universitário acabou por abrir os horizontes de perspectivas dos alunos, os quais começaram a demonstrar interesses em um futuro profissional, sendo este conquistado através do acesso à universidade.

Quanto à participação dos alunos captados pelo questionário, destacamos os seguintes pontos: melhoria nos estudos, no comportamento e na convivência com seus colegas. Como exemplo, temos os seguintes depoimentos:

- Aluno A: “Os alunos estão aprendendo a conviver, a convivência é a base de tudo para transformar em amizade e companheirismo”.

- Aluno B: “As notas, o conhecimento de novas amizades, o comportamento, a obediência”.

- Aluno C: “Alguns alunos da escola eram muito fechados, não conversavam muito nem vinham no projeto; depois que eles viram que o projeto é legal, eles começaram a frequentar, começaram a conversar mais, a se divertir com os outros colegas”.

Dos relatórios feitos pelas pesquisadoras, pode-se destacar:

Foi feita uma atividade, na qual os alunos ficavam em círculo e iam passando uma caixa fechada, ao som de uma música; a caixa havia sido preparada pelas professoras e continha papéis com tarefas ou pequenos prêmios; ao parar a música, o aluno que estava com a caixa na mão decidia se a abria ou

não; se a abrisse, deveria retirar um dos papéis, ler o que estava escrito nele e executar a tarefa que acabara de ler; mas, se fosse um prêmio, ele, então, o receberia. A dinâmica tinha como objetivo proporcionar uma maior aproximação entre colegas, pois continha tarefas como dar e receber abraços, além de demonstrar que não vale a pena se guiar pelo medo para fazer escolhas, pois se pode perder uma oportunidade.

Algo interessante a destacar foi a resposta de uma menina quando questionada sobre o que ela ganhou na brincadeira da caixa, pois sua resposta foi: “*dois abraços!*”, e disse isto aparentando um grande contentamento com o prêmio”.

Outros estudos também confirmam as afirmações feitas até aqui, como Fernandes *et al.* (2006, p.134), que, em seu estudo “Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais”, diz que a maioria das respostas está relacionada ao “desenvolvimento da autoestima e da autonomia das crianças e jovens” e “mudança no comportamento, diminuindo a violência”.

Em um projeto semelhante, têm-se os resultados observados a partir da metodologia empregada nas oficinas do projeto desenvolvido por LOPES *et al.*, 2011, denominado “Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional” onde descreve:

As metodologias empregadas têm oportunizado a criação de vínculos importantes com os jovens que, desdobrando-se em acompanhamentos individuais, potencializam a ampliação das redes de suporte social; produzem espaços de convivência que possibilitam o respeito e a discussão, apresentando um novo referencial de como podem ser pautadas as relações dentro do espaço escolar (LOPES *et al.*, 2011, p.284).

Em um estudo intitulado “Intervenção da Educação Física em Projetos Sociais: uma experiência de Cidadania e Esportes em Vila Velha (ES)”, Mello *et al.* (2009), afirma que durante o discurso de seus participantes e ex-participantes percebeu algumas falas, tais como: “eu aprendi que você tem que prestar mais atenção nas pessoas, ser solidário com as pessoas” e “o respeito com qualquer pessoa, pequena, alta, idade, tudo tem que ter respeito”. (MELLO; NETO; VOTRE, 2009, p. 84). Tais discursos expressam uma predisposição para a superação das diferenças.

Já Eiras (2009), com uma revisão de literatura intitulada “Projetos sociais esportivos: quais os objetivos de quem oferta e de quem participa?”, apresenta os objetivos de crianças, jovens e seus respectivos responsáveis para a participação em projetos.

Por fim, Tavares (2011), em seu estudo já citado anteriormente, afirma que os próprios jovens relatam que mudaram a partir da entrada no projeto, e atribuem a mudança ao fato de se sentirem valorizados naquele espaço. Para eles, o projeto faz um “investimento” neles, para que possam ter um futuro melhor.

Observando as respostas dos alunos ao questionário do Programa Social Cidadão, juntamente com as observações participantes pudemos verificar a melhoria no comportamento e no relacionamento entre eles, além de maior comprometimento com as atividades escolares. Isso nos mostra que um dos principais objetivos do Programa, que é a incorporação de valores sociais e comportamentais, também é uma preocupação dos alunos, visto que eles evidenciam essas mudanças como algo positivo.

Assim, sobre o Programa Social Cidadão, percebemos pontos de desenvolvimento comuns relatados por pais de alunos e professores, e observados pelos pesquisadores, dos quais podemos destacar que os alunos estão mais participativos e ativos, mais interessados nos estudos, mais calmos, menos agressivos, tendo uma melhor convivência tanto na vida familiar quanto escolar.

Algumas Considerações

Através da leitura dos questionários, das observações participantes e dos estudos usados como base nas discussões desse trabalho, percebemos que o Programa contribuiu para a melhoria de comportamentos e atitudes dos seus participantes. Notamos que houve uma correlação entre os resultados obtidos nos estudos, nos quais

foram frequentes as respostas que descreviam que os alunos estavam mais calmos, participativos e que estavam melhorando o comportamento e a convivência.

As atividades desenvolvidas no Programa se caracterizam como extracurriculares, uma ação para além da sala de aula, fora do horário escolar e, também, por seu caráter de proteção social; outras oportunidades para as crianças e adolescentes desenvolverem-se nos mais variados aspectos, principalmente atitudinais e comportamentais.

Verificamos, portanto, que os programas sociais podem vir a desenvolver nas crianças e adolescentes comportamentos e atitudes (como respeito, cooperação, vida na coletividade, entre outros) sendo que, através das oficinas pedagógicas realizadas, eles têm a oportunidade de convívio e relacionamento com o diferente, com outros ambientes, com outros indivíduos; estes, por sua vez, com opiniões e vivências diferenciadas. Com isso, os alunos são provocados a pensarem em suas atitudes, em seus atos, em seu modo de conviver com o outro de maneira sociável e harmônica.

Além desse contato com o diferente, os aspectos atitudinais também são instigados pelo trabalho docente que é realizado nestas oficinas pedagógicas, em que o professor, através de seu trabalho, além de desenvolver os aspectos conceituais e procedimentais, também pode estimular o atitudinal através de trabalhos em grupo, de discussões e debates, para que os alunos saibam aceitar opiniões diferentes da sua.

Porém, para que se efetivasse o trabalho rumo ao desenvolvimento dos aspectos atitudinais, as oficinas dentro do programa estiveram inter-relacionadas e, como tal, em busca de um mesmo objetivo. Também devemos perceber se o que foi primeiramente planejado está sendo realizado ou se há a necessidade de um replanejamento das metas e objetivos a serem alcançados. Assim, há maior oportunidade e expectativa de que se alcancem os resultados almejados.

Contudo, um ponto importante ao qual nos devemos deter se refere à responsabilidade que é transmitida para os programas sociais em resolver os problemas da comunidade atendida. Um exemplo é o de como tratar o envolvimento das crianças e adolescentes com as drogas, a falta de interesse com os estudos, a evasão escolar. A partir daí, então, desenvolver a incorporação de valores como responsabilidade, cooperação e respeito. Essas questões deveriam ser de responsabilidade dos dirigentes políticos e educacionais sendo, portanto, contempladas em seus planos de governo. Mas, também, da sociedade em geral e não só de um programa com essas características.

As possibilidades reais que os programas sociais têm em desenvolver certas faculdades nos jovens não devem ser confundidas, pois às vezes muitas o são, em que a responsabilidade dos órgãos competentes é afastada em favor dos programas sociais. Acreditamos que não é apenas através de uma ou outra ferramenta que este problema de desigualdade social será solucionado, mas, reiteramos, quando ambas estiverem inter-relacionadas. Um programa social, quando bem planejado e articulado, tem a capacidade de contribuir com determinado grupo, porém, como política pública isolada, é ineficaz.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1977.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Disponível em: http://www.faibi.com.br/downloads/ped/sintese_ideias.pdf. Acesso em: 30 ABR. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição Federal**. Congresso Nacional, 1988.

EIRAS, S. B. *et al.* Projetos sociais esportivos: quais os objetivos de quem oferta e de quem participa? **Revista E. F. Deportes**. v.14, n. 138, 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 05 abr. 2012.

FERNANDES, A. M. D. *et al.* Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais. **Revista do Departamento de Psicologia**. v.18, n.2, p.125-142, 2006.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, J.M.S, *et al.* **A Pesquisa qualitativa na educação física**: alternativas metodológicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Sulina, 2004.

LOPES, R. E. *et al.* Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Comunicação Saúde Educação**, v.15, n. 36, p.277-88, 2011.

MATIAS, N. C. F. Escolas de tempo integral e atividades extracurriculares: universos à espera da Psicologia brasileira. **Psicologia em Revista**. v.15, n. 3, p. 120-139, 2009.

MELLO, A.S.; NETO, A.F.; VOTRE, S.J. Intervenção da educação física em projetos sociais: Uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES). **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**. v.31, n. 1, p.75-91, 2009.

SANTA MARIA (RS). **Projeto Político Pedagógico** da Escola Municipal de Ensino Fundamental Major Tancredo Penna de Moraes, 2011.

SANTOS, L.C, Projetos Sociais: fragmentos de ensinamentos. **Revista ADM Pública: vista & revista**, Salvador, Ano I, n.4, p.39-50, maio/ago. 2003

SAWITZKI, R.L, Políticas Públicas para Esporte e Lazer: para além do Calendário de Eventos. **LICERE**, v.15, n.1, 2012.

SIQUEIRA, L.G.; FREITAS JR., M.A. A cidadania através do esporte: um relato sobre o projeto de extensão praticando esportes = formando cidadãos. **Revista Digital**. n. 167, v.17, Buenos Aires, abr./2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 05, abr. 2012.

TAVARES, G.M. *et al.* A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso. **Psicologia & Sociedade**, n. 23, v.1, p.94-102, 2011.

ZINGONI, P. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. *In*: WERNEK C.L.G; ISAYAMA H.F. (Org.). **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.217-241.

Endereço dos Autores:

Centro de Educação Física e Desportos
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Av. Roraima, 1.000, Prédio 51
Camobi Campus Universitário Km 9
CEP 97105-900 – Santa Maria - RS

Endereços Eletrônicos:

rosalvo.sawitzki@ufsm.br

rosalvols@hotmail.com

tanise_mat@yahoo.com.br

sabryna_aita@yahoo.com.br

raquel-ndn@hotmail.com